

# **INTERVENÇÃO NO CONGRESSO**

## **25 de outubro de 2023**

**António Mendonça**  
**Bastonário**

### **0. SAUDAÇÕES**

- Presidente da República
  - Ministros
  - Bastonários
  - Presidentes das Câmaras Municipais
  - Economistas Eméritos
- 
- À Comissão de Organização das Olimpíadas de Economia, a quem agradeço todo o trabalho para mobilizar os muitos jovens que participam neste Congresso.

### **Homenagens:**

- Pereira de Moura (25 anos da sua morte)

- João Salgueiro
- Teodora Cardoso

## **1. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Ilustres Convidados,  
Caros Colegas e amigos,

Seria difícil imaginar em janeiro de 2022, quando os atuais corpos gerentes da Ordem tomaram posse, que a situação nacional e internacional fosse tão complexa quanto o é hoje.

O ambiente económico geral, não obstante o retorno das dinâmicas inflacionistas, era de recuperação económica geral, dos impactos da crise da Covid-19. Achava-se que a inflação era um fenómeno passageiro, resultante da adaptação da oferta à recuperação rápida da procura. A perspetiva era de recuperação das transações internacionais e que se estava a iniciar um novo ciclo de expansão económica à escala global.

Em pouco tempo, tudo se alterou e um novo choque económico, novamente inesperado e de consequências dramáticas abateu-se sobre a economia global, com potencial para se tornar mais grave do que o anterior.

Em fevereiro de 2022, deu-se a invasão da Ucrânia pela Rússia, gerando o conflito militar mais grave na Europa desde o fim da segunda guerra mundial e dando origem a um novo choque económico de grandes proporções, com destaque para o sector energético e dos produtos alimentares não

transformados, com consequências visíveis em 2023 e que se prevê agravarem-se em 2024.

Mas as consequências não ficaram por aqui. E estenderam-se a outras dimensões da esfera económica e política global, acentuando todas as tendências centrífugas que se vinham manifestando, praticamente desde a crise de 2008 – 2009, produzindo alterações muito significativas nos planos geo-económicos e geopolíticos, com consequências que se sentem em movimento, mas que não é fácil prever onde irão parar.

E a agravar ainda mais a situação, reacendeu-se em larga escala, o conflito israelo-palestiniano, na sequência do ataque terrorista do Hamas e da resposta de Israel na faixa de Gaza, ameaçando potenciar os conflitos mais globais. Desde já com novos impactos sérios no domínio energético, nas bolsas, nas transações internacionais, e em outras esferas da atividade económica e política global.

Naturalmente que tudo o que hoje dissermos e discutirmos aqui, no nosso Congresso, tem de ser encarado com modéstia e com predisposição para reavaliar à luz dos desenvolvimentos que se vierem a produzir.

Mas se alguma certeza é possível é a de que dificilmente tudo vai ficar como dantes. Infelizmente não temos qualquer garantia de que possa evoluir para melhor, se tivermos em conta as tendências em curso, de retração da cooperação no âmbito das relações internacionais, em particular, das económicas.

É importante ter presente que corremos sérios riscos de tudo se agudizar e rapidamente. Pelo que a incerteza, se já era grande, tornou-se exponencial.

Tudo isto aumenta a nossa responsabilidade. Como Economistas e como cidadãos.

E este Congresso, que era para ser um Congresso normal, no sentido de acontecer com a regularidade estatutária e em contexto de normalidade económica, acaba por adquirir uma importância excecional que está muito para além do inicialmente previsto.

É de facto um momento privilegiado de reflexão sobre tudo o que está a acontecer. No plano nacional e no plano internacional

.

E a nossa responsabilidade aumenta. Quer no plano das intervenções e das discussões que aqui fizemos, quer na mensagem que queremos transmitir para a sociedade.

Obviamente que isto não nos deve limitar na discussão, mas potenciá-la, despindo-nos de preconceitos e reforçando o respeito mútuo, na certeza de que o País e o mundo exigem que procuremos privilegiar os consensos, a procura de soluções que acrescentem valor ao conhecimento e que possam contribuir para a procura das melhores soluções para os problemas.

Este é o melhor contributo que o Congresso dos Economistas que, hoje e amanhã, aqui terá lugar, pode dar à sociedade portuguesa no momento atual.

## **2. A ORDEM DOS ECONOMISTAS**

Ilustres Convidados,  
Caros Colegas e amigos,

Nestes quase dois anos que medeiam entre a eleição dos atuais órgãos sociais da Ordem e o Congresso que agora se realiza, a Ordem confrontou-se com vários desafios, de natureza interna e externa.

No plano interno, iniciou-se um processo de reestruturação profunda, a nível organizativo, a nível de modernização de infraestruturas tecnológicas de apoio e a nível de comunicação.

Com o objetivo de responder à crescente complexidade das exigências colocadas à intervenção da Ordem, foram criados dois departamentos especializados: o Departamento Administrativo e Financeiro e o Departamento de Comunicação e Relações Externas.

Como os seus nomes sugerem, o primeiro orientado para os assuntos de organização e gestão interna e financeira. O

segundo, orientado para o relacionamento com exterior, com os *stakeholders*, com a comunicação e a imagem. Ambos na dependência direta da Direção e do Bastonário.

Em resultado desta reestruturação, foi introduzida uma nova infraestrutura de rede e segurança informática e está a ser introduzido um novo software de suporte às operações internas. Ainda neste âmbito temos vindo a realizar um diagnóstico dos principais entraves à capacidade de resposta e crescimento da Ordem. Neste momento, estão já concluídas alterações significativas nos canais de *onboarding* e comunicação da Ordem.

De destacar a **reformulação do processo de inscrição** de novos membros, já com resultados extremamente animadores no incremento da cadência de novas entradas. De destacar também a **melhoria de algumas funcionalidades e conteúdos do website**, assim como a implementação de um **novo sistema de mailing** que irá suportar a nova Newsletter, bem como outros conteúdos de maior grau de sofisticação que contamos disponibilizar em breve.

Está em fase final de desenvolvimento um novo Blog com o objetivo de gerar conteúdos de alto valor informativo e em simultâneo dar espaço aos membros para partilharem opiniões e conhecimento. Para além da **publicação de artigos**, o novo Blog terá uma **funcionalidade de Fórum** onde os membros poderão comunicar entre si, trocando experiências, dificuldades e respondendo a questões. Esta lógica de comunidade e entreajuda é especialmente importante

para os membros mais jovens que poderão contar com o apoio dos colegas mais experientes.

Ainda neste âmbito, iremos selecionar mensalmente as **notícias de Economia e Gestão internacionais** mais relevantes, com base nas principais tendências a nível Global em cada momento. Subjacente a esta seleção estará a preocupação em apresentar, sempre que possível, diferentes perspetivas permitindo uma visão aberta e crítica dos factos e acontecimentos.

A Ordem tem vindo, ao longos dos anos, a estabelecer centenas de protocolos, comerciais e institucionais, que constituem benefícios tangíveis para os seus membros. No entanto, reconhecemos a dispersão e dificuldade em organizar e comunicar de forma clara esses benefícios. Nesse contexto, estamos a desenvolver um **Portal de última geração** que permitirá aos membros, de forma simples e intuitiva pesquisar e tirar proveito dos benefícios disponíveis. Como vantagem adicional, este Portal será um instrumento importante na angariação de novos membros pela forma como estrutura e apresenta os benefícios de quem pertence à Ordem. Para o lançamento desta iniciativa contamos com o patrocínio da AGEAS

A arrancar ainda este ano, e a ser reforçada no decurso de 2024, está prevista uma **campanha de angariação de novos membros**, alicerçada num **plano integrado de comunicação**, devidamente segmentado e com o apoio garantido de um parceiro estratégico: a AGEAS. O crescimento da base de membros é crítico para a

sustentabilidade da Ordem e para a melhoria contínua dos seus serviços.

No plano externo, ou seja, no plano do condicionamento da nossa intervenção, deparámo-nos com a o processo de revisão da legislação de enquadramento da ação das Ordens Profissionais e dos respetivos estatutos.

Este processo, que se havia iniciado ainda na anterior legislatura, tinha ficado interrompido na sequência da queda do anterior governo e da realização de novas eleições legislativas em janeiro de 2022. Foi retomado em 2023, tendo-se concluído, recentemente, no dia 13 deste mês de outubro, com a aprovação das propostas de novos estatutos das Ordens Profissionais e legislação referente às sociedades multidisciplinares, ou seja, as sociedades de prestação de serviços que englobam profissionais enquadrados em diferentes Ordens Profissionais.

À partida seria um processo normal, justificado pela necessidade de adaptar uma legislação de enquadramento aprovada em 2013 e novos estatutos, aprovados em 2015, às novas necessidades decorrentes da evolução da sociedade portuguesa e à necessidade de conformação da legislação portuguesa com exigências da Comissão Europeia. E ainda em linha com conclusões de relatórios da OCDE e da Autoridade da Concorrência.

Um processo que as Ordens encaravam com uma perspetiva de abertura e de cooperação, não obstante a desconfiança de partida relativamente aos projetos de

revisão, entretanto tornados públicos, primeiramente o que alterava o regime jurídico das Ordens, e que veio a dar lugar à Lei 12/2023 e, num segundo momento, os que modificavam os estatutos de todas as Ordens.

Todavia, esta postura de abertura e de cooperação por parte de todas as Ordens foi em grande parte desaproveitada, desvalorizada e desrespeitada, pela forma como o processo foi conduzido, por parte da maioria parlamentar, materializando-se em decisões finais com as quais as Ordens, não se revêm, para além de sentirem uma enorme frustração pela desconsideração de que foram alvo, seja em relação ao trabalho que produziram, materializado em centenas de propostas que, a serem consideradas, seguramente contribuiriam para uma melhor legislação, seja em relação à própria forma como o processo de consulta se realizou, desrespeitando as mais elementares regras de trabalho sério e democrático.

E, acima de tudo, consideram as Ordens que a nova legislação, ainda desconhecida no que à alteração dos seus estatutos respeita, na sua versão final, dado que está a ser ultimada para envio para promulgação, mais do que representar uma limitação à sua autonomia e ao exercício eficiente das suas responsabilidades perante a sociedade e os seus membros, põe seriamente em risco a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados aos utilizadores finais e o interesse público em geral, a atribuição primeira e o compromisso fundamental das Ordens Profissionais, perante a sociedade e o País

Aliás, é o próprio legislador a reconhecer esta realidade, logo a seguir à aprovação da revisão legislativa, quando refere pela boca de vários grupos parlamentares, incluindo o da maioria, que se está em presença de um processo – e recorrendo às próprias palavras proferidas pelo representante da maioria parlamentar que aprovou sozinha a nova legislação, com as quais concordamos inteiramente - “não prestigia o Parlamento, não está à altura dos pergaminhos da democracia e da qualidade da legislação e que foi imposto pelo registo da Comunidade Europeia que é incapaz de compreender como funcionam as instituições democráticas da sociedade portuguesa, que é um caso para os anais do que não se deve fazer em democracia”. E que, por isso, “estão disponíveis e abertos para nos próximos meses corrigir os erros que a legislação encerra”.

Ao longo de todo o processo que se estendeu por mais de um ano, desde junho de 2022 com a entrada na Assembleia da República de projetos de Lei de alteração do regime jurídico das Ordens, a que se seguiram as primeiras audições das Ordens com responsáveis governamentais e parlamentares, até à aprovação final e global, em 13 de outubro último das 20 propostas de Lei de alteração dos estatutos e das sociedades multidisciplinares, a campanha anti Ordens Profissionais foi impressionante. Da prática do corporativismo estreito à responsabilização direta pela dificuldade dos jovens entrarem no mercado de trabalho, tudo contou, numa tentativa de denegrir o contributo inegável que as Ordens Profissionais têm dado ao longo dos anos, para a qualificação da sociedade portuguesa, através da regulação e da elevação do nível de exigência, de rigor e

de ética e de responsabilização, com que as práticas profissionais são exercidas.

Sem querer escamotear a necessidade de as Ordens Profissionais evoluírem e de acompanharem as novas exigências do desenvolvimento económico e social, importa reconhecer o seu papel insubstituível na sociedade portuguesa enquanto expressão organizada de mais de 500 000 profissionais, altamente qualificados que são responsáveis pela introdução de dinâmicas de inovação, de organização, de gestão micro e macro, aos mais diferentes níveis, e que contribuem decisivamente para a produtividade e competitividade da economia, para a produção de valor acrescentado e para o bem-estar geral do País.

E, ainda, que contribuem com a sua intervenção atenta, qualificada e empenhada, para a identificação dos problemas e para a procura das melhores soluções para o País e para o aumento do bem-estar dos seus cidadãos.

É importante que os poderes públicos, os responsáveis políticos, reconheçam este papel e que estabeleçam com as Ordens Profissionais - e com a Ordem dos Economistas, em particular - uma relação de cooperação, de respeito mútuo e de trabalho convergente, em benefício do desenvolvimento económico e social, do bem-estar comum e do reforço da projeção internacional do País.

Como se disse antes, a posição das Ordens é de cooperação e de abertura no que respeita à sua relação

com os poderes públicos, no sentido de encontrar as melhores soluções para os problemas. E a nova legislação aprovada constitui, sem dúvida um problema que importa resolver no mais curto espaço de tempo.

A Ordem dos Economistas quer aqui reafirmar o seu empenho em, juntamente com as demais Ordens, através do CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais, e por áreas de especialidade afins, em contribuir para a produção de uma legislação em que todos se sintam representados e o País beneficie. E neste sentido, a Ordem dos Economistas manifesta desde já a sua total abertura, disponibilidade e empenho para participar, de forma séria e responsável, no processo de revisão anunciado como necessidade, na última sessão de votação da Assembleia da República.

Mas, como é óbvio, isto não implica que não continuemos a realizar e a reforçar o nosso trabalho, reforçando o nosso papel na regulação do exercício da profissão, afirmando o prestígio dos Economistas e do seu papel na sociedade portuguesa, de que o Congresso que hoje aqui nos mobiliza é um exemplo.

### **3. A ORDEM E A SOCIEDADE**

Ilustres Convidados,  
Caros Colegas e amigos,

Passando precisamente ao Congresso, o tema escolhido, para referência dos nossos trabalhos é “Portugal e os desafios do presente: o papel dos Economistas e Gestores”.

Deliberadamente escolhemos situar Portugal face aos desafios do presente e não, como é normal nestas situações, desafios do futuro. Não por considerarmos que o futuro não importa, que não estamos preocupados com as gerações futuras. Mas para tentarmos contribuir para que aquilo que se tornou uma característica da sociedade portuguesa – aquilo que modernamente se designa por procrastinação, ou seja adiar sistematicamente as decisões que, em muito casos, deveriam ter sido tomadas há décadas – não se transforme numa forma permanente de atuação política, de atirar para outrem as responsabilidades, de fugir à assunção de riscos – aliás, sempre inerentes a qualquer decisão que se projete no futuro – de nos deixarmos dominar pelas visões de curto prazo em detrimento da construção dos alicerces em que o futuro se projeta.

Apesar de todas as contrariedades sobrevindas nos últimos anos, designadamente em resultado dos impactos da crise da Covid-19 e da guerra na Ucrânia, é indiscutível que Portugal teve uma boa performance económica, quando comparada com as médias da União Europeia e da zona Euro, em particular. Mas isso não nos poderá servir de grande consolo, quando introduzimos comparações de natureza mais estrutural ou com aquilo que ainda necessitamos de recuperar para atingir os níveis dos países mais desenvolvidos que nos devem servir de referência.

Não queremos negar as importantes transformações ocorridas ou em curso, em diversos sectores da economia portuguesa, com importantes impactos no domínio da transformação tecnológica, da inovação, da sustentabilidade energética e ambiental, ou simplesmente em fazer melhor aquilo que sempre fizemos. É inegável o progresso em termos de qualificação das novas gerações, incluindo no plano da redução das desigualdades entre homem e mulher. É também de realçar os progressos no domínio da infraestruturização do país, potenciando um salto imenso no plano da transformação digital, da integração geográfica do país, no plano das articulações internacionais. Estas transformações são reconhecidas, inclusive, pelas instituições internacionais, sendo destacadas como importantes fatores de produção de conectividade e, seguramente, não deixaram de ter impacto na melhoria substancial da performance exportadora do país, verificada ao longo das últimas décadas, ou na difusão dos efeitos positivos do crescimento do turismo por todo o País.

Também é importante reconhecer a evolução positiva dos equilíbrios macroeconómicos, com destaque para as finanças públicas, o mercado de trabalho e as contas externas. Um resultado que, em parte substancial, se deve à boa performance económica geral do País, refletida na taxa de crescimento do PIB. Mas que – é importante reconhecê-lo – também se deve à evolução da taxa de inflação, com reflexos no aumento do diferencial de crescimento nominal do produto face ao crescimento real, com reflexos no aumento das receitas e redução relativa do rácio da dívida.

Obviamente que esta chamada de atenção para as dinâmicas objetivas da economia não significa qualquer menosprezo pelo papel dos responsáveis políticos que, sem que isto signifique uma adesão sem críticas às políticas macroeconómicas adotadas, é indiscutível que tiveram a capacidade de conciliar a salvaguarda e o reforço dos equilíbrios fundamentais, particularmente aqueles que resultam dos compromissos assumidos no quadro da Zona Euro, com a mitigação dos piores impactos, dos choques mais recentes, da COVID e da guerra na Ucrânia, no plano social e nos custos das empresas.

E penso que é também de assinalar a capacidade de recuperar o papel da concertação social, designadamente através do “Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade”, assinado em 2022, por ocasião da elaboração do Orçamento para 2023 e, agora, reforçado com novas disposições em 7 outubro 2023, através do “Reforço do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade.”

Presentemente, a economia global e a economia portuguesa, em particular, confrontam-se com a perspetiva de um novo choque energético, mas com risco de alastrar a outras dimensões, agravando a incerteza que paira, não apenas sobre o curto prazo, mas sobre a evolução a médio e a longo prazo.

A boa performance da economia e das finanças públicas, fornecem aos responsáveis políticos e económicos, em Portugal, uma margem de manobra, nacional e internacional, que deve ser gerida com visão e estratégia. É importante que

não se caia na tentação de utilizar, apenas esta margem de manobra para atender às situações de aperto mais imediatas, numa política de “regador”, de acordo com a capacidade reivindicativa, deste ou daquele sector, mas sim com a ideia de lançar as bases da correção das situações críticas detetadas, designadamente no plano da saúde, da educação, da habitação e, também, na recuperação do atraso infraestrutural do País, nos sectores dos transportes, cortando os nós górdios que persistem há dezenas de anos e que constroem o desenvolvimento do País, sem descurar a importância das ligações internacionais, designadamente com a nossa vizinha Espanha.

E no plano da visão estratégica é importante não cair na tentação de sobrevalorizar os bons resultados obtidos no passado recente, face às tendências negativas, de mais longo prazo, que se vêm afirmando na economia portuguesa, em particular a baixa taxa média de crescimento observada nas últimas duas décadas, praticamente coincidindo com a participação na Zona Euro, a sobrespecialização no setor do turismo, com todas as distorções que isso acarreta, designadamente em termos de mercado de trabalho, com a atração de mão-de-obra cada vez menos qualificada, e a subvalorização da mão-de-obra-mais qualificada, com o aumento de precariedade, generalização de baixos salários, e outras distorções que introduzem dinâmicas negativas na economia e comprometem, a prazo, a qualidade do crescimento.

A introdução no Orçamento de Estado para 2024 da ideia de aproveitar as folgas obtidas na gestão orçamental para

constituir um Fundo de financiamento de investimentos público, assegurando um fluxo adequado de investimento ao longo do ciclo económico, nomeadamente compensando futuras variações de financiamento comunitário, à partida, será uma boa ideia, se se conseguirem adicionar três condições fundamentais.

Uma primeira, que isso não se transforme em mais um fator de procrastinação de projetos que são indispensáveis ao desenvolvimento do País.

Uma segunda, que isso deve ser feito em paralelo com uma integração dos projetos em curso com aqueles que importa lançar.

Finalmente, uma terceira condição, que tudo deva ser feito num quadro de recuperação de um planeamento estratégico que, obviamente não se confunde com o do passado. Mas que deve ser introduzido, aproveitando a evolução teórica e a própria experiência passada de sucesso, as reflexões que a as alterações geoeconómicas e geopolíticas vêm introduzindo, designadamente em termos das novas orientações para a integração europeia, as novas referências para a qualificação de quadros, designadamente de economistas.

Isto, sem esquecer os próprios interesses geoeconómicos e geopolíticos de Portugal, designadamente no que respeita às relações com o mundo lusófono e a nossa vizinha Espanha.

Ou, mais em particular, e remetendo para a recente Conferência realizada nos Açores, organizada pela Ordem

através da sua Delegação Regional dos Açores — a quem aproveito para felicitar pelo sucesso e impacto da iniciativa na pessoa do seu Presidente, aqui presente, o nosso colega Francisco Bettencourt —, em cooperação com o Governo Regional dos Açores – a quem igualmente agradeço pelo interesse e apoio demonstrado desde a primeira hora, na pessoa do Sr. Subsecretário Regional da Presidência, o Dr. Pedro Faria e Castro - no que respeita ao aproveitamento do espaço económico da chamada Macaronésia.

Ainda no campo da introdução de uma visão e do planeamento estratégico queria aproveitar para reforçar a ideia da necessidade de promover uma ampla reforma da administração pública, recuperando e valorizando a cultura de serviço público, atraindo os quadros mais qualificados, promovendo a reflexão de longo prazo, a decisão e a execução estratégica das diferentes missões. Neste contexto, fará todo o sentido recuperar a lógica e a cultura das antigas instituições de planeamento, a quem se deve, ainda, a existência de algumas das principais bandeiras da economia portuguesa.

A Ordem dos Economistas, no contexto da sua preocupação com a introdução de coerência e sustentabilidade estratégica, a médio e a longo prazo da economia portuguesa, tem em carteira uma série de iniciativas, entre as quais a realização de uma Conferência em 2024 sobre “O Modelo de Desenvolvimento para Portugal, Planeamento Estratégico e o Papel do Banco de Fomento”, uma iniciativa para a qual gostaríamos de ver associadas, organizações empresariais e o Ministério da Economia e do Mar.

Uma iniciativa que se insere ainda dentro das preocupações mais gerais sobre a necessidade de promover em Portugal um Pacto Económico e Social para Crescimento, ideia lançada logo na primeira iniciativa que realizámos neste mandato, no início de 2022, e que tem constituído referência para outras iniciativas no plano da discussão da economia e do setor empresarial em Portugal.

#### **4. O PAPEL DOS ECONOMISTAS**

Ilustres Convidados,  
Caros Colegas e amigos,

O Congresso que se vai desenrolar nestes dois dias insere-se no conjunto de comemorações dos 25 anos de criação da Ordem dos Economistas. É um momento culminante, mas não vai encerrar estas comemorações que se prolongarão ainda durante o corrente ano e se estenderão a 2024, onde está programada a sessão de encerramento.

Gostaríamos de destacar a Conferência sobre Turismo que se realiza na Madeira no final de Novembro. Uma Conferência sobre o setor do turismo que se realiza anualmente, organizada pela nossa Delegação Regional da Madeira, a quem eu saúdo na pessoa do seu Presidente, o Dr. Paulo Pereira — este ano associada ao tema das tecnologias.

Nessa Conferência, será atribuído o título de “Membro Honorário”, ao Dr. Dionísio Pestana, economista de formação

e empresário de referência do sector do Turismo, não apenas na Madeira, mas no continente e a nível internacional.

O Dr. Dionísio Pestana é um exemplo do que se pode fazer no plano empresarial para promover o desenvolvimento económico do País, e que tem apoiado as iniciativas da Ordem na Madeira, sendo uma honra para a Ordem poder contar com mais um empresário de relevo entre os seus membros honorários. Uma prática que contamos aprofundar, com isto pretendendo reconhecer o que de melhor se faz no domínio do empreendedorismo, do investimento privado e do contributo para o desenvolvimento económico e empresarial do País.

Gostaria de destacar, também, a Conferência sobre o Orçamento, igualmente uma iniciativa anual que este ano terá lugar no Porto, em meados de novembro, organizada pela Delegação Regional do Norte e em que aproveitaremos para homenagear a nossa colega, recentemente falecida, a Dr.<sup>a</sup> Teodora Cardoso, com a atribuição, a título póstumo, do título de “Economista Emérita”, pelos contributos que deu ao serviço público e à afirmação do prestígio da profissão de Economista. A cerimónia terá a participação das instituições públicas e privadas a que a nossa colega esteve ligada, para além da Ordem dos Economistas de que era membro desde a APEC, o Conselho das Finanças Públicas, de que foi primeira Presidente, o Banco de Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian e o BPI.

De entre as iniciativas já realizadas no âmbito das Comemorações queria salientar duas, em particular, pela

importância que, no nosso entender, têm no contexto do reconhecimento social e projeção do papel profissional dos Economistas.

A primeira, é a atribuição do título de “Economista Emérito” a uma série de colegas que, nos termos do regulamento aprovado, pela sua ação e mérito excepcional, contribuíram de forma relevante para o desenvolvimento das ciências económicas e empresariais, para o prestígio da Ordem dos Economistas ou para o bem comum.

Hoje, iremos ter aqui connosco um desses colegas que mais se distinguiram e que continua a prestigiar com a sua intervenção e ação, profissional e cívica, a profissão de economista – o nosso colega Vítor Constâncio. É uma honra tê-lo como membro da Ordem, ter aceitado a nossa homenagem e continuar a privilegiar-nos com a sua reflexão atenta, profunda e de referência, como por certo, hoje irá fazer aqui.

Tivemos o prazer de ter o nosso colega Vítor Constâncio, na Sessão de Abertura das Comemorações dos 25 anos, realizada em novembro de 2022, onde iniciamos este ciclo de “Homenagens a Economistas de Referência” com a atribuição de igual título de “Economista Emérita” à última Presidente da APEC e grande impulsionadora da criação da Ordem dos Economistas, a nossa colega Manuela Morgado. Temos hoje o prazer e a honra de o ter como orador de referência na Abertura deste Congresso.

Igualmente foram objeto de reconhecimento pela Ordem, os nossos colegas Francisco Murteira Nabo, Ex-Bastonário e, com o novo estatuto, passará igualmente a Bastonário Emérito,

Miguel Cadilhe, Manuela Ferreira Leite, Eduardo Catroga, Augusto Mateus, João Ferreira do Amaral, José Monteiro da Silva e Adriano Pimpão. A título póstumo, foi também atribuído o título de “Economista Emérito” a João Salgueiro.

Um grupo de notáveis colegas que, nos seus diferentes campos de intervenção, mas tendo em comum os contributos relevantes que deram ao País, contribuíram para o prestígio da profissão de Economista e para a promoção e atratividade da Ordem perante os jovens licenciados e a sociedade em geral. A todos quero apresentar uma vez mais, neste Congresso, a nossa homenagem e reconhecimento.

Outros “Economistas Eméritos” se seguirão, naturalmente. Por certo de forma não tão “concentrada”, como foi o caso particular das comemorações, mas cumprido os mesmos rigorosos critérios de exigência, de seleção e de aprovação pelos órgãos competentes da Ordem.

A segunda iniciativa foi a atribuição dos títulos de Economista Conselheiro e de Economista Sénior, agora considerados como novas categorias, com a aprovação dos novos estatutos.

Concorreram cerca de 800 colegas, no prazo indicado, para dar tempo à devida apreciação e aprovação pelos órgãos competentes. Mas muitos mais gostariam de se ter candidatado se o prazo tivesse sido estendido.

O processo irá continuar, agora de forma regular, fora da pressão das Comemorações e estou certo de que constituirá um fator fundamental de atratividade da Ordem, esta

avaliação e reconhecimento pelos pares do percurso profissional dos Economistas. Um processo a que queremos dar a maior dignidade e afirmar como um elemento de referência para a distinção entre membros e não-membros da Ordem. Uma distinção entre quem se submete a um processo de avaliação curricular pelos pares e quem não se submete. Um processo de introdução de rigor, de exigência e de comportamento ético, no exercício das responsabilidades profissionais.

A todos os novos Economistas Seniores e Conselheiros, onde eu também me incluo, quero apresentar as minhas felicitações e votos de continuação de bom trabalho.

## **5. PALAVRAS FINAIS**

Ilustres Convidados,  
Caros Colegas e amigos,

Umas palavras finais sobre os trabalhos que nos esperam neste dia e meio de Congresso.

No primeiro dia, concentramos os temas de natureza mais macro, ou sectorial, incluindo as sessões paralelas à tarde que privilegiarão o debate mais intenso. Seria difícil encontrar um naipe de colegas mais conhecedores dos temas em questão.

Teremos, durante a manhã, intervenções de sua Excelência O Senhor Presidente da República e do Senhor Ministro das Finanças.

E teremos à tarde a intervenção do Presidente da *International Economic Association*, Dani Rodrik, Professor e Investigador em Harvard e especialista em economia global e crescimento e desenvolvimento económico.

No segundo dia dedicaremos a nossa atenção aos temas mais micro e ao setor financeiro, com a intervenção dos nossos Keynotes Speakers Rui Albuquerque, Professor e Investigador do prestigiado Boston College, a quem agradeço a disponibilidade e a honra que nos dá, em ter aceitado o nosso convite para participar neste Congresso e da Prof.<sup>a</sup> Francisca Guedes de Oliveira, administradora do Banco de Portugal, a quem agradeço igualmente. E a intervenção de abertura estará a cargo do nosso colega António Rebelo de Sousa

E teremos, ainda, um painel de luxo que, julgo não é muito frequente acontecer, reunindo os responsáveis máximos das chamadas “Big Four” da consultoria empresarial, com moderação do nosso colega, Presidente do Colégio de Especialidade de Economia e Gestão de Empresas e administrador da AGEAS, José Gomes.

Aguardamos, também, com toda a expectativa a intervenção de encerramento do Senhor Ministro da Economia e do Mar.

Na parte da tarde, do segundo dia, teremos uma visita à Fábrica de Unicórnios, no Beato, especialmente destinada aos jovens participantes no Congresso.

E terminava esta intervenção com uma surpresa.

Um convite ao Bastonário da Ordem dos Engenheiros para proferir uma palavra neste nosso Congresso, em homenagem a todas as Ordens Profissionais e em sintonia com a relação estreita que, desde sempre, tem existido entre economistas e engenheiros, em particular na consideração comum da importância da visão e do planeamento estratégico, que se tem traduzido em iniciativas comuns das duas Ordens.

Uma cooperação que, por certo, sairá reforçada deste Congresso.

Muito obrigado pela vossa atenção.